A mulher negra no Brasil

COMO INTRODUÇÃO AO MEU TEMA , cito uma passagem de um trabalho recente, de acordo com o qual

> a primeira metade da década foi o auge do "milagre brasileiro". […] A força de trabalho feminina praticamente dobra de 1970 para 1976. Mais interessante ainda: em 1969 havia 100 mil mulheres na universidade para 200 mil homens. Em 1975 este número tinha subido para cerca de 500 mil mulheres (para 508 mil homens), passando a proporção de 1:2, em 1969, para 1:1 em 1975. O número de mulheres na universidade havia quintuplicado em cinco anos! Vemos aí como se conjugam, então, os fatores econômicos reforçando os comportamentais e vice-versa. Isso pode explicar, ao menos em parte, que nesses primeiros cinco anos da década, mesmo sem haver movimento organizado, tenha surgido interesse tão agudo para o problema da mulher. Foi nesses cinco anos, mesmo, que se processou a maior transformação da condição da mulher na história de nosso país. [1]

Obviamente a passagem acima não tem nada a ver com mulheres negras, apesar de fazer referência a *mulheres* . Um outro livro corrobora o que acabei de afirmar:

> As mulheres definitivamente tendem não apenas a alcançar uma melhor distribuição na estrutura ocupacional como também a abandonar os setores de atividades que absorvem força de trabalho menos qualificada e mal remunerada, ao mesmo tempo que progressivamente buscam colocação na indústria e nos serviços modernos. [2]

Ambas as referências remetem a mulheres brancas.

No que diz respeito a mulheres negras, a inclusão no mercado de trabalho é, assim como para homens negros (92,4%), majoritariamente concentrada no trabalho manual (83%). Isso implica que mais de quatro quintos da força de trabalho negra ocupam ofícios caracterizados por níveis baixos de remuneração e escolarização. Mulheres negras são colocadas em ocupações manuais rurais (da agricultura à indústria extrativista vegetal) e nos serviços. São contratadas ou são autônomas e não remuneradas. Em contraste, a proporção de mulheres brancas que realizam trabalhos manuais é significativamente menor (61,5%).

Em ocupações não manuais (ocupações de colarinho-branco), trabalhadores negros representam percentuais menores: 16,8%, em comparação com 38,5% brancos. Tais ocupações estão divididas em dois níveis de atividades — médio e superior — cuja análise revela aspectos interessantes no que concerne às dificuldades de mobilidade e ascensão

social para a mulher negra. No nível médio (serviço administrativo, professoras de escola primária, serviços de enfermagem, recepcionistas etc.), a concentração de mulheres é maior do que a de homens. Mas se considerarmos a dimensão racial, percebemos que a proporção de mulheres negras (14,4%) é também muito menor do que a de mulheres brancas (29,7%). Mulheres negras encontram óbvias dificuldades em ser contratadas por esse setor porque muitas dessas atividades de nível médio requerem contato direto com o público, como testemunham os anúncios para tais cargos, que mencionam o requisito da "boa aparência". Na prática, "boa aparência" significa que a candidata pertence ao grupo racial dominante.

A presença de mulheres negras é ainda mais limitada quando lidamos com o nível superior (profissionais especializadas, administradoras e empresárias): a proporção é de 8,8% brancas para 2,5% negras.

Em relação à diferença na média salarial, o Censo de 1980 revela os seguintes dados: recebem até um salário mínimo mensal (cerca de cinquenta dólares americanos), 23,4% de homens brancos, 43% de mulheres brancas, 44,4% de homens negros e 68,5% de mulheres negras. De um a três salários mínimos mensais, 14,6% de homens brancos, 9,5% de mulheres brancas, 8% de homens negros e 3,1% de mulheres negras. Entre aqueles que recebem mais de dez salários mínimos a proporção é: 8,5% de homens brancos, 2,4% de mulheres brancas, 1,4% de homens negros e 0,3% de mulheres negras.[3]

Com tais dados, pode-se concluir que discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão. Em termos de educação, por exemplo, é importante enfatizar que uma visão depreciativa dos negros é transmitida nos textos escolares e perpetuada em uma estética racista constantemente transmitida pela mídia de massa. Se adicionarmos o sexismo e a valorização dos privilégios de classe, o quadro fica então completo.

Começando por essas articulações ideológicas adotadas pelas escolas, nossas crianças são induzidas a acreditar que ser um homem branco e burguês constitui o grande ideal a ser conquistado. Em contraste, elas são também induzidas a considerar que ser uma mulher negra e pobre é um dos piores males. Devem-se levar em conta os efeitos da rejeição, da vergonha e da perda de identidade às quais nossas crianças são submetidas, especialmente as meninas negras. Um dos fatores que contribuem para as altas taxas de evasão escolar é justamente esse tipo de ideologia promovida

nas escolas (de modo que, para mil crianças que ingressam nas escolas primárias, apenas sessenta chegam ao terceiro ano). O outro fator é econômico e se relaciona com o trabalho de menores de idade. Nossas crianças aderem à força de trabalho muito cedo, devido às condições de pobreza e miséria em que a grande maioria da população negra vive. Seu trabalho, que se inicia na idade de oito a nove anos, contribui para os baixos rendimentos familiares.

Em comparação com famílias brancas pobres, a situação das famílias negras que moram em favelas e zonas periféricas das cidades não é de igualdade. De acordo com a Pnad 1976, esta era a situação de famílias vivendo com até três salários mínimos mensais: cerca de 50% das famílias brancas, em comparação com 75% das famílias negras. As diferenças se seguem no que se refere às taxas de atividade: a das famílias negras é maior que a de famílias brancas. Isso significa que uma proporção muito maior de membros de famílias negras integra a força de trabalho em relação aos de famílias brancas para obter a mesma média salarial familiar.

Em uma pesquisa recente realizada com mulheres negras de baixa renda (1983), constatou-se que poucas eram as entrevistadas que haviam começado a trabalhar na idade adulta. A grande maioria começou por volta dos oito ou nove anos de idade nas “casas de família” (isto é, como empregadas domésticas), especialmente no caso das filhas mais velhas. E isso significava abandonar a escola. Uma das mulheres que entrevistei, Maria, relatou as dificuldades de uma menina negra pobre, de pai desconhecido, confrontada com o sistema de ensino unidimensional (isto é, eurocêntrico), centrado em valores que não os dela. Quando falou das dificuldades no aprendizado, Maria também criticou a atitude dos professores (autoritários e colonialistas), que já de saída desprezavam a pobreza e a negritude em favor das práticas e métodos de “conhecimento *par excellence* ”: aqueles da classe, raça e sexo dominantes.

Apesar da situação de extrema inferiorização, a mulher negra exerceu um importante papel no âmbito da estrutura familiar ao unir a comunidade negra para resistir aos efeitos do capitalismo e aos valores de uma cultura ocidental burguesa. Como mãe (real ou simbólica), ela foi uma grande geradora na perpetuação dos valores culturais afro-brasileiros e em sua transmissão para a próxima geração.[4]

A participação da mulher negra na luta sociopolítica

O desenvolvimento e a expansão dos movimentos sociais na segunda metade dos anos 1970 tornaram possíveis a mobilização e a participação de amplos setores da população brasileira, não apenas em termos de reivindicação de direitos mas de uma intervenção mais direta na política, especialmente no movimento negro e no movimento de favelas.

O movimento negro teve (e continua a ter) um papel extremamente relevante na luta antirracista em nosso país, inclusive sensibilizando setores não negros, e buscou mobilizar diferentes grupos da comunidade afro-brasileira para uma discussão sobre o racismo e suas práticas.

> Importa dizer que os principais protagonistas dos movimentos políticos negros atuais são os filhos dos primeiros negros a ingressarem de forma definitiva na classe operária e nas classes médias, dos heróis da migração interna; são mesclados entre os primeiros estudantes negros a ingressarem na universidade, jovens operários e trabalhadores negros e dançarinos de soul — símbolo moderno da contestação da juventude negra à dominação branca e da miopia dos liberais ante o racismo e sua falsa consciência nacional. [5]

O epicentro dessas lutas são as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, grandes centros urbanos do Sudeste onde as contradições do “milagre brasileiro” logo se tornaram evidentes. Entre os movimentos políticos negros vale mencionar o Movimento Negro Unificado (MNU) , que em seus primeiros dois anos de existência (1978-80) não apenas alcançou outros estados do Sudeste, Sul e Nordeste como desenvolveu uma série de atividades que contribuíram enormemente para o avanço da consciência democrática (antirracista e anticolonialista) em nosso país. A presença da mulher negra, não apenas em sua criação mas também em sua direção, não pode ser esquecida. [6]

Enquanto o movimento negro teve origem nos setores da classe média negra, o movimento de favelas foi criado pelo subproletariado urbano, habitante das favelas e regiões periféricas, em associações de moradores. Vimos antes que a população das favelas, em especial nos grandes centros urbanos do Sudeste (Rio e São Paulo), cresceu enormemente e hoje constitui uma parcela significativamente alta dessas populações urbanas. Suas reivindicações dizem respeito a melhores condições de transporte, moradia, educação, saúde etc. e a questões sobre os títulos de propriedade das terras que ocupam. Desnecessário dizer que a presença de mulheres negras no movimento negro tem sido muito significativa.

Dado o seu caráter inovador em termos da sociedade brasileira, o movimento de favelas (como o movimento negro, que iniciou o processo de

germinar uma consciência nacional antirracista) também influenciou setores da classe média branca na organização do que veio a ser conhecido como os movimentos de bairros. Em termos de Rio de Janeiro, por exemplo, temos dois tipos de organização que correspondem a ambos os movimentos: a Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro (Faferj), um movimento de favelas, e a Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (Famerj), um movimento de bairros.

Agora chego à questão da participação das mulheres negras propriamente dita. Os primeiros grupos organizados de mulheres negras emergiram dentro do próprio movimento negro. Isso pode ser explicado primeiro pelo fato de que os setores não manuais da população negra que competem no mercado de trabalho são os mais expostos a práticas de discriminação.[7] Há portanto, no movimento negro, uma crescente consciência política do racismo, sua manifestação e relação com a exploração de classe. Em segundo lugar, o movimento de mulheres, originado nos setores mais progressistas da classe média branca, frequentemente "se esquece" da questão racial.

A exploração sexual das mulheres é também outro fator de grande importância no entendimento da relação de opressão e dominação em nossa sociedade. As mulheres que participaram do renascimento do movimento negro no Rio de Janeiro, por exemplo, costumavam se encontrar separadamente para discutir seus problemas específicos antes de apresentá-los ao grupo como um todo, com a intenção de desenvolver práticas não sexistas. Importante notar que esse processo de reorganização do movimento negro nos anos 1970* se deveu à iniciativa de diversas mulheres negras sob a liderança da historiadora Beatriz Nascimento.

Em 1975, quando as feministas se reuniram na Associação Brasileira de Imprensa para comemorar o Ano Internacional da Mulher, as mulheres negras estavam presentes para denunciar a superexploração e a opressão da mulher negra.[8] Entretanto, dadas as muitas tendências diferentes dentro do movimento negro, esse grupo pioneiro se separou e suas integrantes continuaram ativas em outras organizações que surgiram a partir então, mas apenas como ativistas do movimento negro.

Os anos que se seguiram testemunharam a criação de outros grupos de mulheres negras — Aqualtune (1979), Luísa Mahin (1980), Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (1982) — que, apesar dos esforços de suas integrantes, acabaram sendo absorvidos pelo movimento negro como um todo, assim como aquele grupo inicial. Ou seja, todas as mulheres

voltaram à sua condição de ativistas negras que, em várias organizações — tais como o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), o Movimento Negro Unificado (MNU), o Grupo de Estudos André Rebouças, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) etc. —, buscaram denunciar as práticas machistas de nossos irmãos, que muitas vezes nos excluíam dos processos de tomada de decisão ao nos designarem tarefas mais "femininas".

O engajamento no movimento de liberação das mulheres provocou reações contraditórias. Nos encontros e congressos feministas brancos, mulheres negras eram frequentemente consideradas "agressivas" ou "não feministas" por conta de sua insistência em que o racismo precisava ser parte da luta feminista, já que, assim como o sexismo, era igualmente uma forma estrutural de opressão e exploração. A questão da exploração das trabalhadoras domésticas majoritariamente negras por suas empregadoras tampouco foi bem recebida na agenda do movimento de libertação das mulheres; argumentava-se que ao receberem remuneração elas estariam "liberadas" para o engajamento na luta das mulheres. E se a violência policial perpetrada contra homens negros era denunciada, a resposta era que a violência da repressão contra organizações políticas de esquerda era muito mais importante. Em última análise, apenas setores específicos do movimento tornaram-se apoiadores das reivindicações das mulheres negras. De todo modo, como notou Bourne, o movimento brasileiro de mulheres, na medida em que emergiu do movimento ocidental de liberação das mulheres, ainda reproduz seu "imperialismo cultural".[9]

A *mulata* brasileira: uma categoria própria

Carnaval. Rio de Janeiro. Como sempre, o leitmotiv é bebida, mulheres e samba. É mágico, como um conto de fadas, dizem os comentaristas de rádio e televisão. Há penachos, lantejoulas, muita extravagância e luxúria, imperadores, bandeirantes e exploradores, deuses africanos e indígenas, animais, gays, reis e rainhas, marajás, escravos, soldados, baianas, ciganos, havaianos — todos sob o comando dos toques de tambor e do remexer dos quadris das mulatas que, na opinião de muitos, são de "outro mundo".

"Olha elas naquele carro alegórico chique ali."

"Que pernas, cara!"

"Olha aquela passista remexendo. Que bunda! E olha como ela mexe o umbigo. Ela deve ser muito boa de cama! Está me enlouquecendo!"

E assim vão, a ginga e o sorriso das rainhas que mandam beijos como se fossem bênçãos para seus famintos súditos, naquele show de mágica e encantamento. Como um conto de fadas.

O mito que descrevemos aqui é o da democracia racial, já que é exatamente no momento do ritual do Carnaval que o mito assume todo o seu impacto simbólico. É nesse momento que a mulher afro-brasileira se transforma em uma soberana, naquela "mulata, minha rainha do samba", como diz a música:

Que passa com graça
Fazendo pirraça
Fingindo inocente
Tirando o sossego da gente.

É durante os desfiles das escolas de samba que a mulata, em seu esplendor máximo, perde o anonimato e se transforma em uma Cinderela: adorada, desejada e devorada por aqueles que foram até lá justamente para cobiçá-la. Sabendo que amanhã sua fotografia estará nas páginas de todos os jornais e revistas internacionais, elogiada e admirada pelo mundo inteiro, ela segue magicamente, mais e mais brilhante naquele espetáculo luminoso. [10]

Como acontece com todos os mitos, o da democracia racial oculta mais do que revela, especialmente no que diz respeito à violência simbólica contra as mulheres afro-brasileiras. Segundo Sahlins, é devido à conexão com o sistema simbólico que o lugar da mulher negra em nossa sociedade como um lugar de inferioridade e pobreza é codificado em uma perspectiva étnica e racial. [11] Essa mesma lógica simbólica determina a inclusão da mulata na categoria de *objeto sexual* .

Assim, não é coincidência que Ilma Fátima de Jesus e O. Oluwafemi Ogunbiyi nos contem que historicamente "o ato sexual entre o homem branco e a mulher negra não é encarado como sexo normal; essa é a razão da palavra 'trepar' (copular, transar), que qualifica o coito como um *ato animal* . Supomos que o termo 'mulata' tem sua origem na grotesca visão do sistema dominante na sociedade". [12] Além disso, sabemos que a palavra "mulata" vem de *mula — animal híbrido* , produto do acasalamento de um jumento (macho ou fêmea) e um cavalo ou égua.

Quando se analisa a presença da mulata na literatura brasileira e na música popular, sua aparência física, suas qualidades eróticas e exóticas é que são exaltadas. Essa é a razão pela qual ela nunca é uma *musa* , que é uma

categoria da cultura. No máximo — como alguém já disse — ela pode ser uma *fruta a ser degustada* , mas de todo modo é uma prisioneira permanente da natureza. O estabelecimento definitivo do capitalismo na sociedade brasileira produziu seus efeitos na mulata: ela se tornou uma profissional. Mesmo agora não é reconhecida como um ser humano e nenhum movimento foi efetivado para restaurar sua dignidade como mulher. Ela foi claramente transformada em uma mercadoria para consumo doméstico e internacional. Hoje, mulatas são treinadas para se apresentarem em shows em casas noturnas. Essa é a demanda do mercado.

Os trechos que se seguem são extremamente claros no que diz respeito à lógica da dominação/exploração imposta às mulheres negras. São retirados de um artigo publicado em um jornal do Rio de Janeiro, *O Globo* , em 10 de julho de 1986 (os grifos são meus):[13]

> Para Maria Luzacir, 22 anos, *empregada doméstica* do Nordeste, nenhuma hesitação ou tropeço no palco podia comprometer o brilho da noite. Era terça e estava muito frio do lado de fora, mas ela transpirava e explodia de orgulho… *A partir daquela noite ela seria transformada em uma mulata,* quer dizer, uma mulata profissional.
>
> Foram necessárias noventa horas de treinamento para que Luzacir e outras 41 garotas brasileiras, entre dezesseis e trinta anos, nenhuma completamente branca ou completamente negra, se enquadrassem na *categoria nacional de pele para exportação* : mulata. Mas, para se tornar um produto finalizado, não bastava nascer com a *cor abençoada por Deus, europeus e americanos* ; para ser reconhecida como a *agência de distribuição de mulatas* do Rio, a Oba Oba se transformou em uma escola de treinamento profissional.
>
> A autorização institucional para que a Oba Oba operasse foi dada pelo Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), que coordenou a iniciativa, e pela Riotur (agência oficial de turismo do Rio), o que deu o apoio necessário ao programa. Afinal das contas, *o empreendimento mulata é um negócio muito lucrativo .*
>
> Durante o show de duas horas, as performers exibiram suas melhores formas e habilidades. Em biquínis mínimos e sutiãs adornados com lantejoulas ou em elaboradas e requintadas fantasias, sempre em saltos extremamente altos, as mulatas, destaques das escolas de samba, dançaram *contorcendo seus corpos como filhas de Oxum e alongaram-se como em uma aula de ginástica, como garotas de Ipanema.*
>
> *Era delirante para o cinegrafista Hermann Engle,* que fez um videoclipe para a *emissora de TV alemã ZDF. Ele estava certo de que o clipe levaria seus compatriotas à loucura…*
>
> Apesar da ausência de seu namorado garçom, que se recusou a assistir ao show, Rosemary afirmou entusiasmada:
>
> “Ah! Quando entramos no palco nosso *sangue ferve* … Não há saída! Não quero nada além de rebolar. É tão fantasticamente delicioso! Às vezes alguém fica sem saber o que fazer além de se perder entre as garotas, mas nós sempre improvisamos algo.”
>
> Se a *chefe das mulatas* ouvisse isso ela não aprovaria. A produtora do show e professora de modelagem do Senac Ilan Amaral ficava quase histérica toda vez que alguma aluna ficava confusa no palco. Aos 34 anos, *morando em Paris* há quatro, onde trabalha *como modelo para a Paco Rabanne* , a srta. Amaral confessa ter vindo ao Brasil apenas para ajudar no show. Durante a apresentação ela controlava a entrada e saída das mulatas e as ajudava a cantar no microfone.

> No fim do espetáculo, quando cada garota tinha de dizer “boa noite” em diferentes idiomas, Nazareth Claudina paralisou ao enfrentar o público e o microfone. Quase chorou quando o público exigiu que ela se juntasse às mulatas fantasiadas com roupas japonesas, africanas ou espanholas. Pena isso ter acontecido com Nazareth, que queria tanto se sair bem e assim conseguir um contrato com a Oba Oba. Pois, quem sabe? *Ela podia ter uma vida melhor com sua mãe* em uma casa na Ilha do Governador. Fora uma das melhores candidatas do grupo e aprendera muitas coisas, incluindo um jeito especial de andar…
>
> Marcia Andreia, dezoito anos, e Leonora Vidal, vinte, mal notaram o que Nazareth estava fazendo. *Elas são todas altas e bonitas.* De acordo com a srta. Amaral, seriam candidatas maravilhosas para oportunidades na Itália e no Japão. Mas Marcia não quer se tornar uma mulata profissional. Seu maior sonho é ser modelo…
>
> Gloria Cristal, um típico exemplo de mulata bem-sucedida (ela tem dois empregos excelentes: na Oba Oba e na TV Globo), diz: “Ser uma mulata é *a melhor profissão do mundo* , pois temos a oportunidade de nos tornarmos damas. Todos nos tratam com carinho e cuidado. *Às vezes penso que sou uma boneca de porcelana e gosto muito disso ”*.
>
> Acontece que as bonecas de porcelana ganham muito pouco dinheiro no começo de suas carreiras. É esse o caso das mulatas que estão concluindo sua formação. As casas noturnas do Rio pagam um salário mínimo mensal para as iniciantes. O empresário Elias Abifadel, dono da Oba Oba, afirma que todo começo é difícil. Entretanto, no caso de Maria Luzacir, por exemplo, seu salário é duas vezes maior do que ela ganha atualmente como empregada doméstica em Copacabana, ou seja, menos de quarenta dólares por mês.
>
> Apenas para se ter uma ideia da demanda em um mercado que sofre com a escassez de mulatas capacitadas, duzentas candidatas se apresentaram para o treinamento. De acordo com Marcia Andreia, as candidatas eram rigorosamente examinadas “*como se fossem cavalos ”*. É absolutamente necessário que estejam fisicamente perfeitas…
>
> Por fim, há o *pré-requisito mais importante* , sem o qual o grupo estaria reduzido a três alunas. *Uma mulata deve ter delicados traços brancos se espera sucesso garantido* , o que, é preciso dizer, não é fácil de encontrar, observa Ilan Amaral. Em sua opinião, mesmo se a mulata não tiver um nariz fino e lábios bem desenhados, ela pode se destacar no palco e ser invencível em sua profissão se “*aprender como ser uma mulher ”*. Isso, diz Amaral, pode ser ensinado. Como? “*Com aulas de etiqueta social ”*, diz ela.

Esse eloquente artigo dispensa comentários. Expressa habilmente o que significa ser uma mulata no “paraíso racial” chamado Brasil.

A mulher negra como objeto no Brasil: contexto ideológico

Duas tendências ideológicas definem a identidade negra na sociedade brasileira: por um lado, a noção de *democracia racial* e, por outro, a ideologia do *branqueamento* , resultando em um tipo de *duplo nó* . Segundo Marilena Chaui,

> o duplo nó consiste em afirmar e negar, proibir e consentir alguma coisa ao mesmo tempo (os lógicos afirmam que o duplo nó conduz à impossibilidade da decisão, os psiquiatras o consideram causa maior da esquizofrenia e os antipsiquiatras o consideram a prática típica da família e da ciência médica. [14]

A noção de democracia racial, desenvolvida por Gilberto Freyre nos anos 1930, constituiu a visão pública e oficial dessa identidade. Assim, negros são cidadãos como quaisquer outros e, como tais, não estão sujeitos a preconceito ou discriminação. As imagens do Carnaval e futebol brasileiros são largamente utilizadas (especialmente no exterior) como "provas concretas" da "harmonia racial" brasileira. O que predomina na "democracia racial" brasileira é *o preconceito de não ter preconceito* .

Antes da noção de democracia racial, a ideologia do branqueamento serviu como justificativa para uma política desenvolvida pelos governos brasileiros para branquear a população do país ao encorajar uma massiva imigração europeia, sobretudo no período 1890-1930. Isso se deveu diretamente ao resultado do primeiro censo brasileiro de 1872 (e confirmado por um posterior, em 1890) que indicou que a maioria da população era negra.

Deve-se notar que o período histórico mencionado acima (que corresponde à chamada "grande imigração") foi uma época em que os ideólogos do branqueamento elaboravam suas teses sobre a superioridade da raça branca chamando a atenção, acima de tudo, para os perigos que ameaçavam o Brasil de não se tornar um país civilizado por conta de seus negros, índios e mestiços. Herdeiros colonizados das teorias racistas europeias, era comum que esses ideólogos fossem eles mesmos de ascendência africana.

As mudanças que ocorreram na sociedade brasileira durante os anos 1930 resultaram em certos rearranjos políticos e ideológicos e, entre eles, a elaboração do *mito da democracia racial* . Entretanto, apesar do fato de a política do branqueamento não ter se materializado em termos demográficos (embora tenha resultado no genocídio de uma grande parte da população negra), ideologicamente ela se manteve efetiva em outros níveis: a projeção do Brasil como um país racialmente branco e culturalmente europeu. Promovida junto com o mito da democracia racial e dessa forma produzindo um duplo nó, segue ainda hoje definindo a identidade dos negros no contexto social brasileiro.

Enquanto o mito da democracia racial funciona nos níveis público e oficial, o branqueamento define os afro-brasileiros no nível privado e em duas outras esferas. Numa dimensão consciente, ele reproduz aquilo que os brancos dizem entre si a respeito dos negros e constitui um amplo repertório de expressões populares pontuadas por imagens negativas dos negros:

“Branco correndo é atleta, negro correndo é ladrão”; “O preto, quando não suja na entrada, suja na saída”; “Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar” etc. Essa última expressão aponta para o segundo nível em que atuam os mecanismos do branqueamento: um nível mais inconsciente que corresponde aos papéis e lugares estereotipados atribuídos a um homem ou mulher negros. Assim, ele (ou ela) é representado como um trabalhador braçal, não qualificado, ou como alguém que conseguiu ascender socialmente, mas sempre pelos canais de mobilidade social considerados adequados para ele ou ela. Imagens positivas são aquelas em que os negros desempenham papéis sociais a eles atribuídos pelo sistema: cantor e/ou compositor de música popular, jogador de futebol, mulata. Em todas essas imagens, há um elemento comum: a pessoa negra é vista como um objeto de entretenimento. Essa tipificação cultural dos negros também assinala outro elemento comum condensado em atributos corporais: força/resistência física, ritmo/sexualidade. Não é preciso dizer aqui que o homem ou mulher negros que não se adequam a esses parâmetros são rejeitados pelo estereótipo.[15]

Nesse contexto, as experiências das mulheres negras são bastante significativas: não é raro que uma dona de casa negra de classe média, quando atende a porta, seja surpreendida por um vendedor que insiste em falar com sua patroa. Ou, ainda mais comum, quando porteiros de prédios de classe média alta ou burguesa impeçam mulheres negras de usarem a entrada principal, insistindo para que usem a porta de serviço. Em ambos os exemplos, o estereótipo estabelece a relação: mulher negra = trabalhadora doméstica. O ditado “Branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar” é exatamente como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha e é superexplorado economicamente, ela é a faxineira, arrumadeira e cozinheira, a “mula de carga” de seus empregadores brancos; como um corpo que fornece prazer e é superexplorado sexualmente, ela é a mulata do Carnaval cuja sensualidade recai na categoria do “erótico-exótico”.

> Numa sociedade que separou espírito e corpo, fez do primeiro algo superior ao segundo, valoriza a razão contra a paixão, a inteligência contra a sensibilidade, o elogio da sensualidade rítmica dos negros e das mulatas é a forma acabada e perfeita do duplo nó: elogia-se aquilo mesmo que a sociedade inferioriza e condena.[16]

Em contraste com o que geralmente ocorre nos Estados Unidos, negros e brancos *de fato* vivem juntos no Brasil. Assim, à primeira vista pode-se ter a impressão de que é um país onde as relações raciais são harmoniosas. Mas,

como um humorista brasileiro disse certa vez: “Não existe racismo no Brasil porque o negro conhece *o seu lugar* ” (grifo meu). A lógica que rege nosso sistema de classificação social, herdado de Portugal, é tal que determina “um lugar para cada coisa, cada coisa em seu lugar”. Ou, como DaMatta observou: “O *homem branco* está sempre unido e em cima, enquanto o *negro* e o *índio* formam as duas pernas da nossa sociedade, estando sempre embaixo e sendo sistematicamente abrangidos (ou emoldurados) pelo homem branco”.[17]

---

* Lélia Gonzalez se refere à formação do Grupo de Trabalho André Rebouças, o GTAR , na Universidade Federal Fluminense, que começou a se esboçar desde 1973, sob a liderança de Beatriz Nascimento. (N. O.)